

EIXO TEMÁTICO 3 | DEMOCRACIA, CONTROLE SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA

A PERSISTÊNCIA DO PRIMEIRO-DAMISMO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

THE PERSISTENCE OF THE FIRST LADY IN THE MANAGEMENT OF SOCIAL ASSISTANCE POLICY

Moíza Siberia Silva de Medeiros¹

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado que evidenciou as principais mediações da reprodução do primeiro-damismo no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Apresenta a mediação da formação profissional precarizada como um dos mecanismos de legitimação para que as primeiras-damas continuem atuando como gestoras da assistência social, dificultando a consolidação do SUAS como possibilidade de garantia de direitos e superação do clientelismo e do assistencialismo.

Palavras-chave: Assistência Social; Primeiro-Damismo. Formação Profissional.

ABSTRACT

This article is the result of a doctoral research that showed the main mediations of the reproduction of first ladies in the Unified Social Assistance System - SUAS. It presents the mediation of precarious professional training as one of the legitimation mechanisms for the first ladies to continue acting as social assistance managers, making it difficult to consolidate the SUAS as a possibility of guaranteeing rights and overcoming clientelism and assistance.

Keywords: Social Assistance; Prime Damism. Professional Qualification.

¹ Docente do Curso de Serviço Social do Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE Campus Iguatu; Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; moiza.medeiros@ifce.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A defesa da profissionalização da assistência social sempre foi uma preocupação daqueles (profissionais, gestores, especialistas, pesquisadores, entidades de classe) que entendem a necessidade de superar, no âmbito da assistência social, o voluntariado, o assistencialismo, o clientelismo, o primeiro-damismo e a descontinuidade dos serviços. Tanto que nas Conferências Nacionais de Assistência Social, uma das pautas que sempre estava presente nos debates era a da qualificação, capacitação e valorização dos profissionais da assistência social com o objetivo de atuarem na perspectiva da garantia dos direitos socioassistenciais.

Nossas pesquisas recentes indicam que o primeiro-damismo encontrou possibilidades de se reproduzir, se reeditar e se reconfigurar no cenário da assistência social pós Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Esta nossa afirmação se sustenta em dois aspectos centrais: o primeiro diz respeito à reprodução do primeiro-damismo por dentro do próprio SUAS, quando as primeiras-damas assumem oficialmente a gestão da assistência social como secretárias, buscando inclusive qualificação profissional para se perpetuarem nesta função; o segundo, devido a persistência de ações paralelas ao SUAS, muitas delas associadas ao voluntariado e à filantropia, que continuam a ter as primeiras-damas à sua frente, tendo como exemplo, os Programas para a primeira infância.

No que se refere ao primeiro aspecto, as primeiras-damas vêm ocupando a gestão da assistência social, na função de secretárias municipais e estaduais de assistência social, embora o SUAS não atribua nenhum espaço formal para a primeira-dama na assistência social, como havia na antiga Lei Brasileira de Assistência - LBA, quando a primeira-dama era destinada a função de Presidente de Honra. Para nós, isso se deve a alguns elementos: 1. os traços da nossa formação social, da herança familiar na política, o patrimonialismo e a cultura clientelista que não foram superados nas relações sociais e se reproduzem nas instituições públicas, inclusive nas de assistência social, que imprimem na assistência social a marca do favor; 2. a busca das primeiras-damas por formação e qualificação profissional para atuarem como gestoras, e a ocupação, por parte delas dos espaços de deliberação e pactuação da política de assistência social; 3. a própria configuração da política de assistência social que ao focar na pobreza, via transferência de renda, se apresenta como um “campo fértil” para a reprodução da perspectiva do cuidado e da doação e do perfil tradicional da primeira-dama.

Este artigo tem por objetivo analisar a reprodução do primeiro-damismo na assistência social a partir da busca das primeiras-damas por formação e qualificação profissional para atuarem como gestoras. Se configura, pois, como um trabalho que busca comunicar um dos resultados da pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

2 A PERSISTÊNCIA DO PRIMEIRO-DAMISMO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL VIA BUSCA DE UMA QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Um dos elementos que justificam a persistência do primeiro-damismo na assistência social, diz respeito à busca por qualificação e formação profissional por das primeiras-damas, secretárias de assistência social. Em 2009, pesquisa coordenada por Yazbek et alli (2009)¹³³, identificou a “[p]ersistência do primeiro-damismo na gestão e na condução da Política de Assistência Social nos municípios, marcada pela inovação da legitimidade conferida pela busca de qualificação profissional das primeiras damas” (s/p. Grifos das autoras.). Ainda de acordo com as autoras, esse primeiro-damismo ainda muito presente na gestão da Política da Assistência Social nos municípios, “expressa um significativo esforço de reatualização pela busca de capacitação e de formação profissional das primeiras damas, principalmente, na área do Serviço Social, procurando legitimar sua posição na gestão pública” (s/p).

Pesquisa realizada por Couto et alli (2012)¹³⁴, após cinco anos de implementação do SUAS, em sete estados brasileiros, de diferentes regiões, excetuando-se a região Centro-Oeste, com a participação de 41 municípios, revelou a presença do primeiro-damismo em todos os estados participantes da pesquisa, inclusive apontando que este se apresentava como um “primeiro-damismo reatualizado”, uma vez que as primeiras-damas vinham buscando se qualificar, via formação universitária, para se legitimarem na gestão da assistência social, inclusive com profissionais aprovando tal movimentação e avaliando essa busca por “profissionalização” como uma mudança positiva, conforme podemos ler:

[...] é preciso pôr em relevo a questão emblemática do “primeiro-damismo”, presente em todas as regiões, ainda que com as idiosincrasias de cada lugar. O caráter reiterativo deste instituto no trato da Assistência Social revela o caráter patrimonialista da política, mas apresenta-se nesse estágio como primeiro-damismo reatualizado, exercendo sua força de continuidade em grande parte dos municípios pesquisados, e, para nossa perplexidade, ganha novas roupagens e (re)legitimação com a aprovação, inclusive de profissionais, que veem no movimento das primeiras-damas em busca de formação universitária uma demonstração de mudança positiva nessa realidade (COUTO et alli, 2013, p. 290-291. Grifos das autoras.).

A pesquisa também apontou que nos estados do Maranhão, Pará e Pernambuco “as primeiras-damas atuais procuram qualificar-se para o exercício da função administrativa ou empenhar-se em conhecer a Política para se legitimar frente aos técnicos e à população” (ARAÚJO et alli, 2010, p. 123). E que durante a realização da pesquisa, essas primeiras-damas questionaram por que outras pessoas podem ser secretárias de assistência social e a esposa do prefeito não, conforme apontaram as pesquisadoras: “As primeiras-damas que compõem o quadro de gestoras entrevistadas questionam as críticas e resistências à sua presença e vêm empreendendo luta no sentido de assegurar e legitimar sua continuidade de forma qualificada no campo da Política de Assistência Social” (Idem). Já em São Paulo, a pesquisa apontou:

Vários depoimentos colhidos evidenciaram a presença das primeiras-damas na condução da política de assistência social, mas acompanhada agora de um discurso legitimador dessa presença, em função de um movimento das esposas de governantes em busca de formação acadêmica para assumir o lugar de coordenação da assistência social e se capacitarem para a gestão pública da área. É o que poderíamos denominar de primeiro-damismo reciclado, que surpreendentemente encontra aceitação entre vários técnicos entrevistados. Ao invés da extinção deste instituto, deliberação assumida e reiterada sistematicamente pelas conferências nacionais, o que temos é um processo inusitado de sua atualização, que confronta inclusive os princípios básicos da administração pública, como a impessoalidade, a legalidade, a publicidade, a probidade, o concurso público e a prestação de contas, entre outros (YAZBEK et alli, 2012, p. 167. Grifos das autoras.).

A pesquisa coordenada por Silva (2019), identificou “fortes influências da cultura política local sobre o processo de implementação do SUAS”, tendo como uma de suas expressões o primeiro-damismo, no Estado do Pará. Segundo Martins Júnior (2018), um dos pesquisadores envolvidos, esse primeiro-damismo estava presente de uma forma renovada. Segundo ele: “[o] termo “primeiro-damismo renovado” é utilizado para expressar o movimento de tentativa de legitimação das primeiras-damas, por meio do acesso ao nível superior, geralmente em Serviço Social, todavia, essa formação se dá de forma acelerada e precarizada por meio da modalidade EAD” (p. 467).

A busca por legitimar-se na gestão da assistência social através da justificativa da qualificação técnica pode ser observada quando o Ministério Público solicita a exoneração da primeira-dama que ocupa cargo de secretária, e a justificativa para a permanência no cargo é a competência técnica da primeira-dama. É interessante perceber que nem sempre essa competência que foi utilizada como justificativa é condizente com o perfil profissional desejado para a gestão da assistência social. No município de Balsas – MA, ao ser pedida exoneração da

primeira-dama do cargo de secretária pelo MP, o prefeito alegou que a primeira-dama tinha qualificação para o cargo por ser dentista, já ter realizado trabalho voluntário na APAE e por ter feito vários cursos na área de assistência social após ter assumido a gestão. No município de Paranhos – MS, o prefeito afirmou que a primeira-dama tinha qualificação técnica para assumir o cargo de secretária de assistência social porque é formada em Pedagogia, sendo que “os serviços socioassistenciais poderiam ser realizados por quaisquer graduados em antropologia, economia, pedagogia, sociologia, terapia ocupacional e musicoterapia”. Já a primeira-dama de Barra Velha – SC justificou sua permanência como secretária de assistência social afirmando que havia contratado pessoas com experiência na área e havia começado a cursar a graduação em “assistência social” (referindo-se ao Curso de Serviço Social), conforme se vê no trecho da notícia abaixo:

que quando foi designada ao cargo não conhecia nada da pasta, mas que gostava de trabalhar com pessoas por ter experiência no atendimento ao público em hospitais. A secretária ainda disse que levou pessoas com experiência na área para trabalhar na Assistência Social e ensiná-la. — No mesmo semestre em que comecei, eu vi que precisava saber do que eu estava falando (...). Eu queria ter também o olhar técnico e não só a de Sol, primeira-dama. Eu comecei a fazer faculdade e já fiz um ano de assistência social. (...) (Notícia publicada em 27 de agosto de 2018, no site do Jornal NSC Total).

Percebe-se, pois, que a exigência do SUAS pela qualificação técnica tanto de seus gestores, quanto de seus trabalhadores, é usada como justificativa por parte dos prefeitos e primeiras-damas para permanência dessas na gestão da assistência social, mesmo que essa “qualificação” não esteja condizente com o perfil profissional condizente com as necessidades da política. Assim é que a assistência social ainda vem sendo entendida por alguns gestores como a política que requisita menos qualificação, ou que basta que o gestor tenha ensino superior para que esteja apto a conduzi-la, ou mesmo que a experiência em ações voluntárias e filantrópicas seria habilitadora para o cargo.

Vê-se também, que em um dos casos a primeira-dama justificou estar cursando graduação em “assistência social”, possivelmente na modalidade EaD, uma vez que alguns cursos de Serviço Social vêm sendo ofertados como cursos de extensão, de forma irregular, não reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC e trazem a nomenclatura assistência social e não Serviço Social, numa clara confusão entre o que é a profissão e o que é a política social, em um claro rebaixamento da qualidade da formação profissional, conforme apontou relatório construído pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS em 2019.

O exposto acima aponta que o primeiro-damismo é uma das práticas que ainda não foi possível superar na política de assistência social e se coloca como uma expressão do “atraso” e da reprodução de práticas que medeiam nossa formação social. No entanto, esse primeiro-damismo vem buscando se “adequar” à nova institucionalidade da assistência social, buscando qualificar-se para assumirem a função de gestoras da política, ou mesmo buscar comprovar de algum modo esta qualificação. Se já é problemática a permanência das primeiras-damas na condução da política pública, devido à reprodução do clientelismo e do patrimonialismo, embora do ponto de vista jurídico, elas não sejam impedidas de assumir o cargo público, isso se acentua quando a busca por qualificação se dá pela via da formação profissional aligeirada e precarizada, principalmente a ofertada via EaD.

De acordo com o Censo EAD.BR (2015), embora a maior parte das sedes das instituições que ofertam ensino EaD esteja nas capitais e Distrito Federal, contabilizando 64% em relação às sedes no interior (36%), a maior quantidade de pólos à distância está nas cidades interioranas: “o Censo EAD.BR contabilizou 1.270 polos em capitais, 6.193 no interior, 2.701 no mesmo estado da sede da instituição e 4.667 em estados diferentes da sede” (CENSO EAD.BR, 2015, p. 31). O que significa que a interiorização é uma estratégia da EaD para a defesa de que a mesma “democratiza” o acesso à Educação Superior. E talvez seja por este motivo que as pesquisas acima identificaram a presença da EaD como mecanismo de formação das primeiras-damas, uma vez que os municípios onde se encontrou essa realidade, eram o do interior.

Em um cenário onde o foco das políticas sociais, notadamente a de assistência social se coloca focalizada nos mais pobres, se requisita um perfil profissional cada vez menos crítico e mais articulado com o chamamento moral, daí que as primeiras-damas encontram legitimidade para continuar na gestão da política de assistência social, mesmo após instauração do SUAS, principalmente quando respaldadas por uma formação profissional antenada com essas ideias.

Essa tendência relacionada à busca, por parte das primeiras-damas por profissionalizar-se para conferir legitimidade à sua atuação como gestoras no âmbito do SUAS, também foi encontrada por nossa pesquisa. Embora as limitações da nossa pesquisa não possam apontar que há um processo de “profissionalização” em Serviço Social via EaD, por parte das primeiras-damas. Podemos apontar algumas tendências dessa “profissionalização”, uma vez que a pesquisa revela uma busca por qualificação por parte das primeiras-damas secretárias, seja via graduação, seja via cursos de formação e capacitação, embora entendamos

que a formação profissional via EaD tanto se coloca como uma forma rápida de obter a formação desejada para conferir um “perfil profissionalizado” à primeira-dama, quanto também é o tipo de formação que mais estaria próximo de uma proposta de profissão mais alinhada com as requisições das políticas sociais de caráter focalizado.

É possível que a crítica feminista aos papéis historicamente atribuídos às mulheres na sociedade burguesa e a luta no interior da assistência social para superar o assistencialismo, a prática do favor e o próprio primeiro-damismo, possa ter trazido uma inflexão no primeiro-damismo possibilitando que, na atualidade, as primeiras-damas comecem a buscar romper com a imagem tradicional da primeira-dama que é “politiqueira” e “assistencialista”, buscando legitimidade para continuarem à frente da assistência social não por ser a mulher do governante, mas por terem alguma formação profissional que as capacitem para o cargo.

Vejam os então alguns dados que apontam para essa tendência de uma “profissionalização das primeiras-damas”. De acordo com os dados da MUNIC 2009 e 2013, se o número de primeiras-damas com cargo de Secretárias Municipais de Assistência Social teve uma diminuição de 2009 para 2013, neste período de quatro anos, houve um aumento do número de primeiras-damas/secretárias de assistência social com formação superior: em 2009 foram identificadas 641 com esse perfil, ou seja, 47,41% tinham graduação, aumentando para 54,41% em 2013, num total de 684. Dentre as áreas de qualificação/profissão as mais recorrentes eram: em 2009, 194 pedagogas, 45 assistentes sociais, 43 administradoras, 42 advogadas e 257 com formação não discriminada no questionário do IBGE. E em 2013, tínhamos, 217 pedagogas, 72 assistentes sociais, 50 advogadas e 40 administradoras, as demais tinham formação em outras áreas como medicina, psicologia, etc. Aumentou também o número de primeiras-damas/secretárias com pós-graduação, de 188, em 2009, para 231, em 2013.

Dos dados apresentados em ambos os anos da pesquisa, as formações com maior percentual são Pedagogia e Serviço Social, isso pode ter relação com três questões: o fato de serem profissões com um recorte ainda feminino; por estarem entre os três cursos mais procurados na modalidade EaD, de acordo com o Mapa do Ensino Superior (2015); pelo fato de as ações da assistência social por muito tempo estarem atreladas a alguma “área afim”, como educação, saúde e habitação, uma vez que ainda é recorrente as secretarias municipais de assistência social não serem exclusivas. Então, supostamente, certas formações profissionais habilitariam as primeiras-damas para uma gestão “qualificada” da assistência social.

Um dado interessante que encontramos com a pesquisa é que a graduação mais recorrente buscada pelas primeiras-damas após terem assumido o cargo de Secretária foi a de

Serviço Social. Já de acordo com os dados da MUNIC a formação profissional que apresentou um aumento significativo de 2009 para 2013, entre as primeiras-damas, foi a em Serviço Social, com um aumento de 60%. Embora não possamos afirmar de forma contundente que as primeiras-damas estão buscando a formação em Serviço Social via EaD para se qualificarem como gestoras da assistência social. Podemos aludir que exista uma tendência, por parte das primeiras-damas, em buscar a formação em Serviço Social. A nossa própria experiência profissional em Serviço Social possibilitou que nos deparássemos com duas primeiras-damas, secretárias de assistência social, da região Centro-Sul do Ceará que estavam cursando

Serviço Social pela modalidade EaD na época em que foram gestoras. É importante ressaltar que das 72 primeiras-damas secretárias que, em 2013, informaram ao IBGE serem assistentes sociais, de acordo com Sistema de Cadastro Unificado – SICAF do Conselho Federal de Serviço Social– CFESS, apenas 24 possuíam registro profissional ativo no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS de sua região, 2 estavam com a inscrição cancelada e 1 não constava no nenhuma informação no seu cadastro, ou seja, segundo a regulamentação profissional, somente estas 24 poderiam de fato ser consideradas assistentes sociais. Através de pesquisas na internet conseguimos identificar que dessas, 3 tinham formação em Serviço Social por Universidades Públicas, 2 eram egressas de instituição privada presencial e 2 haviam se formado em Serviço Social, através de curso EaD.

Se o fenômeno do primeiro-damismo não é novo no Brasil, a suposta perpetuação e legitimação deste via “profissionalização” é um elemento novo. Preocupa-nos, no entanto, que essa “profissionalização da primeira-dama” passe a mobilizar outras primeiras-damas para se tornarem gestoras da assistência social e que isso se enraíze mais ainda na assistência social. Assim, por mais que entendêssemos que a formação profissional da primeira-dama, via Serviço Social, fosse um fator de peso para a ruptura com o primeiro-damismo, compreendemos que o entrelaçamento entre requisições profissionais e a própria prática clientelista, contribuem com a reprodução do assistencialismo. Se o Serviço Social, pela natureza de sua intervenção no âmbito do cotidiano, coloca o profissional para agir de forma imediata, muitas vezes deificando o instrumental técnico-operativo em detrimento do conhecimento teórico e político da realidade social, uma formação profissional aligeirada e precária, reforçaria o aspecto “tarefeiro” e “tecnicista” da profissão. Além disso, se a “profissionalização do primeiro-damismo” se dá via formação profissional em Serviço Social EaD, este perfil contribuirá para reforçar as práticas clientelistas no âmbito da assistência social, embora enaltecidas pelo discurso da “competência técnica” da gestora. Acerca da formação em Serviço Social na modalidade EaD, assim se posicionam as entidades representativas da categoria profissional:

Um processo formativo desqualificado relaciona-se com a desvalorização profissional e consequente reconfiguração do perfil profissional, na medida em que um graduado em serviço social, formado com frágil embasamento teórico-metodológico, técnico-interventivo e ético-político, não tem possibilidades efetivas de se contrapor, por meio de estratégias profissionais cotidianas, ao perfil contemporâneo da política social brasileira: focalista, minimalista, residual, não concebida como direito universal, mas de ação focal nos/as mais ‘empobrecidos/as’, sem a garantia de um padrão civilizatório digno para toda a população, mas claramente concebida para ‘aliviar a pobreza’. Um/a profissional com muitas fragilidades formativas tende a aceitar, sem questionamentos, demandas institucionais de manutenção da lógica desigual presente historicamente em nossa sociedade, sem dispor de instrumentos analíticos e operacionais que somente uma formação densa possibilita (CFESS, 2014, p. 34- 35).

Embora a imagem da profissão esteja em processo de metamorfose, como apontado por Ortiz (2010), decorrente do processo de Renovação da profissão e da construção de um projeto de profissão que busca superar o conservadorismo, no cenário atual, a imagem social tradicional que interpreta o Serviço Social como prática voluntarista encontra solo fértil para ser reproduzida e evocada, uma vez que a atual configuração das políticas sociais demanda um atendimento acrítico e um perfil tecnicista, o que leva a um profissional preocupado em intervir no plano microssocial, ou seja, “nos problemas do indivíduo”, em sua situação de pobreza individual (SANTOS, 2007), daí o chamamento ao empreendedorismo e o reforço ao assistencialismo condicionado (transferência de renda) sendo colocados como estratégias de enfrentamento à pobreza (MAURIEL, 2012).

Neste cenário, não se pode negar a existência da reprodução, hoje, da imagem tradicional que por muito tempo acompanhou a profissão, conforme aponta Ortiz (2010, p. 217):

[...] a tensão existente entre os traços que tradicionalmente enformaram a imagem social da profissão vinculando-a a ajuda, à transformação, à militância ou ao cuidado; e aqueles que identificam à profissão com a luta pelos direitos e seu profissional como um assalariado e cidadão, tende a se ampliar em meio ao caldo sócio-cultural e político-econômico atual. As ambiguidades que historicamente atravessam, portanto, a imagem social da profissão, bem como a auto-representação de seus agentes, tendem, neste sentido, a se cruzar mutuamente [...].

O Serviço Social visto a partir dessa tensão parece ser a profissão que se “adequaria” a essa busca por “profissionalização”, por parte das primeiras-damas. Significa dizer que esta profissão vem sendo entendida como aquela que melhor habilitaria para o exercício da gestão da assistência social, por alguns motivos: primeiro, pela perspectiva estigmatizante que acompanha a história do Serviço Social, entendido como “uma profissão auxiliar, de assistência”, conforme aponta Montañó (2011):

De assistência num duplo sentido: por um lado, a assistência que realiza aos setores carenciados da população, aos seus “usuários”; mas também, por outro lado, aquela assistência que dirige, como profissional subalterno e auxiliar, a outros profissionais – médicos, advogados, etc. [...] O Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem às mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros os “políticos”), que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (os “cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados etc.) (p. 101. Grifos do autor).

Tal compreensão acerca do Serviço Social reproduz uma imagem socialmente difundida, estando presente na visão que outras profissões têm do Serviço Social, sendo bastante difundida entre os usuários e entre os próprios assistentes sociais. Tanto que alguns autores do Serviço Social, numa interpretação conservadora e endógena da profissão, entendem sua gênese como “evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’” (MONTAÑO, 2011, 19-20), ou seja, na interpretação desses autores, o Serviço Social seria uma especialização das formas anteriores de assistência social.

Segundo, pela imagem social do Serviço Social, nos aspectos ressaltados por Ortiz (2010):

[...] vários elementos que compõem a imagem socialmente existente do Serviço Social, como o perfil voluntarista; a subalternidade; a exigência de respostas imediatas e geralmente limitadas ao nível da aparência da situação demandada; o primado dos valores morais do agente profissional sobre sua “especialização” técnica e a conseqüente desqualificação da teoria; dentre outros, parecem conviver com outros traços, que apontam para a construção de uma nova auto-imagem profissional – aquela do profissional que defende e luta por direitos sociais e reconhece seu papel e limites na divisão social e técnica do trabalho, presente no projeto profissional hegemônico na atualidade. Há, em nosso entender, um progressivo distanciamento entre os elementos que, tradicionalmente, compõem a imagem social da profissão e aqueles que hoje atravessam o projeto e o perfil profissional a ele subjacente, redundando em um processo de metamorfose da imagem da profissão (ORTIZ, 2010, p.142).

Dito isto, é possível que a imagem tradicional da profissão seja a mais evocada por parte das primeiras-damas que buscam a formação em Serviço Social, uma vez que esta seria funcional à própria configuração histórica da assistência social que teve por objetivo o controle da classe trabalhadora e sua integração à sociedade, conforme elucida Iamamoto (2013):

[...] as políticas “assistenciais”, de “promoção social” ou de “bem-estar social”, como se queira rotular, embora dirigidas à classe trabalhadora, interpretam os interesses dessa classe segundo a visão dos grupos que controlam o Estado. Orientam-se no sentido de integrar à sociedade a população trabalhadora “assistida”, o que, em outros termos, significa integrá-la à ordem estabelecida pelo capital: é a integração ao sistema de dominação na sua condição de dominada. Um dos resultados que se obtêm, através de muitos desses serviços, é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, transformando o que era “um problema social” em uma questão sob controle (p. 111-112. Grifos da autora).

Ora, se a assistência social cumpriu historicamente esta função de controle ideológico da classe trabalhadora, o Serviço Social também foi historicamente demandado a exercê-lo.

A partir desses elementos, entendendo que a Assistência Social se configurou como mecanismo ideológico de administração da vida da classe trabalhadora, as primeiras-damas, ao atuarem na assistência social, evocando um perfil profissional pela via da formação precarizada, contribuem para fragilizar também a política social. Teremos então um “profissional” que estará alinhado aos interesses do enfrentamento “moral” da desigualdade social e que execute a política social sem refletir sobre sua prática. Neste sentido, negamos aqui qualquer defesa de “profissionalização” das primeiras-damas

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A novidade encontrada na pesquisa nos apresentou alguns nexos causais. O primeiro deles diz respeito ao fato de que as formações com maior percentual são Pedagogia e Serviço Social, por supostamente serem as profissões que mais habilitariam as primeiras-damas para uma gestão “qualificada” da assistência social. Pressupõe-se que esta incidência explica-se por serem estas profissões compostas por um perfil ainda majoritariamente feminino; cujos cursos de graduação estão entre os mais procurados na modalidade EaD, e portanto, em princípio, com maior flexibilidade e facilidade de oferta. Além disso, tais cursos têm sido identificados por muito tempo como “áreas afins” às ações da assistência social. É importante mencionar que o curso de Serviço Social é a formação mais procurada pelas primeiras-damas, embora a maioria que possui ensino superior completo seja Pedagoga. Ao buscarem formação profissional para se legitimar como gestoras, as primeiras-damas têm recorrido a um tipo de formação mais aligeirada e precarizada, principalmente na modalidade EaD, contribuindo tanto para a reprodução de seu papel tradicional, quanto para a afirmação da imagem socialmente consolidada da profissão de Serviço Social, isto é, aquela que ratifica a ideia de que a profissão é vocacionada para o voluntariado e a ajuda.

Vale dizer que identificamos que a formação profissional da primeira-dama não é impeditiva para a reprodução de práticas clientelistas na assistência social, assim como também o SUAS não impediu nem a reprodução de práticas clientelistas, mediadas ou não pelas primeiras-damas, quanto também não possibilitou que o próprio primeiro-damismo deixasse de atuar na gestão da assistência social, seja na função de secretárias de assistência social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cleonice Correia; et alli. Implantação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado do Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados de pesquisa. In: COUTO, Berenice Rojas et alli (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 114-160.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social**. v. 2. Brasília, DF: Conselho Federal do Serviço Social – CFESS, 2014.

COUTO, Berenice Rojas et alli. Conclusão Geral: contradições do Suas na realidade brasileira em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas et alli (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 283-292.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINS JUNIOR, Severino. **Fator amazônico e cultura política na gestão do SUAS: as influências no processo de consolidação do SUAS no Estado do Pará**. In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 17, n. 2, p. 458 - 467, ago./dez. 2018.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e suareprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil: os fundamentos de sua image autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época; v. 132).

SILVA, Maria Ozanira Silva e (Coord.) **O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidades e especificidades**. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita et alli. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas et alli (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (p. 161-227).

